

OS PAIS E O TRATAMENTO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Cleon Cerezer¹

“É como tratar uma criança unicamente para descobrir que se está tratando de um ou outro dos genitores, por procuração”
(Winnicott, 1975, p. 110)

Orientação para pais num processo de psicoterapia de crianças e adolescentes é algo fundamental. O termo “orientação aos pais” dentro do contexto de um tratamento psicológico/psicoterápico é conceitualmente insuficiente em si. É mais que orientação o que se faz com os pais quando os acolhemos, escutamos, pensamos e tentamos juntos entender a realidade pela qual estão passando. Nomearia, mais apropriadamente, de **entrevistas complementares com os pais** ou cuidadores. Claro que falamos aqui de entrevistas psicoterápicas, psicológicas, as quais fazem parte do tratamento da criança, desde as iniciais até as demais entrevistas necessárias com seus cuidadores ao longo do tratamento da criança, sejam elas eventuais ou até mesmo com determinada periodicidade de acordo com o plano de tratamento estabelecido.

Orientações para pais, segundo Winnicott (2011), em sua obra “Tudo Começa em Casa”, é porque eles já precisam mais que orientações apenas. Precisar mais que orientações é precisar acolhimento, holding, escuta afetiva, segurança externa sem julgamentos. Acolher pais angustiados e propor para pensar junto com o psicoterapeuta sobre o desenvolvimento dos filhos é tarefa cuidadosa que requer habilidade, sutileza e continência – é como jogar Pega Varetas.

Reuno neste artigo relatos da minha prática clínica em psicoterapia psicanalítica, leituras e observações ao desenvolvimento infantil. Em formato de tópicos, apresento meus assinalamentos em relação a alguns aspectos do desenvolvimento infantil e seus atravessamentos com o cuidado necessário e fundamental por parte dos pais.

Porque procurar tratamento para o filho?

A busca de um tratamento ou de uma avaliação psicológica para crianças se dá tendo em vista algum sofrimento psíquico por parte dos que cuidam da criança, da própria criança ou porque a escola solicitou, o que é bastante comum, por observar seu comportamento, rendimento escolar e outros aspectos importantes no curso do desenvolvimento infantil. Também recebemos encaminhamentos de outros profissionais de saúde que, em contato com alguma situação crítica, solicitam aos pais ou cuidadores da criança que realizem a avaliação com um psicólogo ou psiquiatra.

¹ Psicólogo, Psicoterapeuta Psicanalítico, www.cleoncerezer.com, cleoncerezer@hotmail.com .

Não é fácil para os pais ou cuidadores procurarem o atendimento sem que se questionem se realmente devem fazer isso ou podem deixar para mais tarde, apostando, de certa maneira, que o próprio tempo e curso do desenvolvimento infantil darão conta daqueles eventuais sintomas que estariam motivando a busca de avaliação profissional.

O fato das crianças estarem em desenvolvimento e, a cada ano, em suas vidas, ser rico em aquisições e aprendizados serve como mais um fator a favor da resistência dos pais em procurar ajuda de um profissional. Além disto ter de entrar em contato com suas culpas, falhas, angústias pessoais, reavaliação do relacionamento conjugal e familiar, organizar-se com tempo e disponibilidade para levar a criança periodicamente às consultas e nos casos particulares também dispor de dinheiro para pagar as consultas, são também fatores que favorecem o “deixar para depois”.

Entendo que poderíamos dividir em algumas categorias ou fases nas quais os pais se encontram para aceitar mais ou menos a indicação de uma avaliação ou tratamento psicológico para os filhos, vejamos:

1. Os que negam maciçamente que seu filho tem algum problema e criam uma realidade paralela de que os errados são os outros;
2. Os que negam os problemas nos filhos e são avisados por alguém de fora (geralmente a escola na maioria das vezes);
3. Os que percebem parcialmente o problema, mas esperam que alguém de fora sinalize a eles e confirme sua pré-suspeita;
4. Os que percebem que a criança tem problemas, está em sofrimento psíquico e precisa de ajuda especializada e procura.

Talvez tenhamos, a partir destas categorias, um espectro evolutivo baseado no quanto os pais percebem seus filhos separados de si e como indivíduos (Mahler, 1982) de forma a ocupar um espaço e um papel no cenário familiar. Quanto mais fusionados, misturados, dependentes, mais difícil é para os pais perceberem e aceitarem o aparecimento dos sintomas e ter de buscar ajuda externa de um profissional. Quanto mais cedo no desenvolvimento infantil, mais equilibrados e maduros os pais de uma criança, que a perceberem como uma outra pessoa que veio para participar do cenário familiar, mais fácil será a percepção por parte dos cuidadores da necessidade de ajuda profissional especializada, mais sintônico será o processo de atendimento. Óbvio que, mesmo assim, aparecerão dúvidas e resistências inerentes a qualquer tratamento. Eu complementaria dizendo que sem elas não há trabalho num consultório de psicoterapia psicanalítica. A *re-existência* é que possibilita ao ser o existir. Resistir, nesta perspectiva, como uma defesa, indicará o *quantum* de saúde e patologia implicada no processo como um todo.

Tenho observado que, com o passar dos anos, parece-me que vem popularizando-se e até mesmo, ainda que muito devagar, desmitificando-se que receber atendimento psicoterápico é algo que qualquer pessoa pode e deveria buscar, pois minimiza sofrimentos posteriores e promove compreensões sobre fatos passados.

Sempre digo que nós, profissionais de saúde mental, temos a obrigação de explicar quantas vezes forem necessárias e a quem quer que seja sobre o que é o nosso trabalho e como é realizado, pois nesta perspectiva é que houve um maior afluxo de conhecimento por parte da população tanto sobre o que se faz nas clínicas particulares como também nos serviços públicos de saúde mental.

Objetivo do tratamento de uma criança

“Em termos de desenvolvimento, pode-se dizer que a saúde significa uma maturidade relativa à idade do indivíduo.” (Winnicott, 2011, p.4).

Dizemos que o objetivo do tratamento psicoterápico de uma criança é a retomada do curso “normal” do desenvolvimento infantil. Óbvio que, quando isso é possível, a criança recebe “alta” e retoma seu curso de desenvolvimento. Se isso não é possível, pois a criança apresenta um comprometimento orgânico associado ou até mesmo um quadro mais regressivo ou grave em termos diagnósticos, então o acompanhamento psicoterápico fará parte de uma série de outros tratamentos que a criança deverá receber por tempo mais prolongado. Não entendo como adequado neste momento discutir teoricamente sobre normal e patológico, pois Marcelli (1998) o faz com uma calareza e maestria no Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra. Leitura que recomento.

O filho e o contexto familiar

Um casal de pais, uma dupla de parceiros afetivos, potencialmente é uma família, pois, a qualquer momento, poderá dar origem a filhos. Quando chega o primeiro filho de um casal, inaugura-se nessa família a parentalidade (paternidade e a maternidade). Os parceiros tornam-se pais/responsáveis pela provisão ambiental e emocional daquela criança que indefesamente vem ao mundo e precisa dependentemente de muito tempo e dedicação para que se desenvolva saudavelmente. Se este casal tiver um segundo filho, inaugura-se então a fraternidade, ou seja, a possibilidade desses indivíduos poderem relacionar-se a partir desta origem consanguínea como irmãos. O vínculo de fratria é o vínculo entre os irmãos. Um casal com um filho único, limita-se a ter como experiência apenas a paternidade e maternidade sem que haja a possibilidade da fraternidade internamente neste núcleo familiar.

A cada momento familiar desses há a necessidade de um rearranjo familiar, desde o concreto até os aspectos psíquicos, pois, com a chegada de novos membros, por exemplo, toda família sente esse impacto e tem de acomodar-se em relação a ele. Existe uma variável observada em pesquisas chamada “ordem do nascimento” (*birth order*), a qual, associada a outras variáveis é possível o levantamento de conclusões científicas a respeito da influência desse fator em termos dos aspectos psicológicos implicados. Podemos entender, com isto, por exemplo, o aspecto histórico da evolução de um ciclo vital familiar. Uma das poucas diferenças entre animais e seres humanos é a questão da historicidade. Exemplo: se um passarinho

deixa cair uma semente no solo, este é um fato natural, diferente de um ser humano plantar uma semente no solo e cuidar para ela desenvolver-se e virar uma árvore. Isto é história. Numa família, cada momento vivido junto fará parte da história dessa família.

Ainda sobre questões referentes as relações familiares nos dias de hoje, venho percebendo que muitos pais tem tido dificuldade de ocuparem o lugar de adulto e diferenciarem-se, como tais, de seus filhos. Não é incomum ouvirmos pais orgulhosos em dizer que são amigos de seus filhos – os melhores amigos de seus filhos. Fico duplamente preocupado quando ouço esse tipo de afirmação, pois se os pais são amigos dos filhos, quem são os pais? Este lugar está vago. Ser pai, ser mãe de uma criança é um vínculo fundamental e único. É muito mais que ser amigo - é ser pai, ser mãe. E minha segunda preocupação complementar, seria: se os pais são amigos dos filhos, eles terão amigos? Pais e mães, sejam “pais e mães”! Encarreguem-se da provisão ambiental e afetiva, sejam suficientemente bons (Winnicott, 2000) e hábeis em alternas gratificações e frustrações aos seres em desenvolvimento sob sua responsabilidade. Não devemos esquecer nunca do que diz a Hannah Arendt (2007), de que tanto, nós adultos, devemos cuidar, no sentido mais amplo do termo, das crianças que trazemos ao mundo, assim como devem cuidar do mundo em relação a estas crianças.

Quando os pais são separados

Momentos de perda são momentos difíceis, pois a situação muda a partir daquele instante. Entendo a separação de um casal, na perspectiva de uma criança, como um momento de perda, pois, a partir daquele momento, mais intensamente, ocorrerão diferenças na sua rotina e principalmente no seu ambiente familiar. As possibilidades são inúmeras, desde o viver com um dos genitores e irmãos, se houverem, até a convivência com novos parceiros dos pais e filhos desses novos parceiros. As festas de aniversários mudam, a convivência familiar muda, pois assume a perspectiva de um ou de outro dos genitores de acordo com quem a criança está naquele momento. Por exemplo, a criança ter um quarto montado também na casa do pai, pois mora com a mãe na maior parte do tempo. Dois lugares que ela ocupa física e psiquicamente.

Nas entrevistas com pais separados, a qual, redundantemente, indico que seja em separado, pois não vejo motivo algum para unir um casal numa entrevista, tendo em vista que optaram por não viverem mais juntos. Por mais que haja um tratamento cordial entre os pais separados, a entrevista geralmente fica truncada e esvaziada de seu objetivo, pois aspectos da relação dos pais acabam povoando o momento da entrevista com o profissional. Sempre que possível, mas também a critério técnico, é importante escutar ambos os pais. O familiar que possui a guarda legal, necessariamente, deve ser entrevistado. Aproveito, neste momento para lembrar, que um dos importantes aspectos a ser observado na entrevista com pais

separados, por exemplo, é se há evidências de Síndrome da Alienação Parental (<http://www.alienacaoparental.com.br/o-que-e.>)

Educação e tempo para os filhos

“O gesto na direção do outro (agressão) busca acolhimento e sentido. Cabe ao adulto dar sentido aos gestos infantis, vendo limite como estabelecimento de um tempo e um espaço, onde, através do viver criativo, a criança e o adolescente possam experienciar seu desenvolvimento e sua atividade pulsional (amor e agressão) em segurança para si mesmo e para com os outros” (Outeiral e Cerezer, 2006, p. 50)

Educar é ocupar o lugar de adulto na relação com os filhos, é oferecer um tempo e um espaço protegido para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Educar é estimular o potencial nato da criança para que entre em contato com suas habilidades descobrindo-as e incorporando-as em suas práticas. É oferecer oportunidades variadas para que, por livre desejo, a criança desenvolva seu potencial. Por livre desejo significa pensar a criança, o filho, como um ser em separado e individuado (Mahler, 1982) em relação aos pais. Não é incomum que o atravessamento de desejos e frustrações dos pais impactarem de forma sombria na vida dos filhos, atrapalhando significativamente o desenvolvimento emocional. Vale lembrar o exemplo clássico da mãe da menina que “quer/deseja” ser *top model*. De quem é o desejo?

Com relação ao tempo para os filhos, eu sou um defensor convicto de que a quantidade de tempo com os filhos é tão importante quanto a qualidade desse tempo. São nos momentos do dia-a-dia, cotidianos, que podemos observar os filhos, suas habilidades, dificuldades, qualidades e defeitos. Isto sem falar do tempo para realizar atividades com eles, as quais tiverem interesse. Tempo para os filhos não significa ceder ao imperativo de que só eles dizem o que tem de ser feito. Pelo contrário, os pais tem de ensinar as crianças que tem de administrar o tempo de acordo os compromissos e com o lazer também, gestos mais que palavras, práticas coerentes com os discursos.

Situações pontuais com crianças

Chamei de situações pontuais, pois percebo com certa frequência, na clínica com crianças, pais perguntando sobre os seguintes assuntos ou dificuldades:

Dormir com os pais ou com um dos pais

Dificuldade de separação, acomodação, culpa, medo, dependência recíproca, crise conjugal, falta de diferenciação poderiam ser alguns dos motivos para uma criança ser incluída na cama dos pais. Este sintoma vem sempre carregado de justificativas de porque ele acontece e por vezes é tão egossintônico no discurso dos pais que nem percebem que isto poderia estar afetando no desenvolvimento emocional de seu filho.

Toda vez que se apresenta tal situação na clínica psicanalítica, tento deixar os pais ainda mais à vontade para contar os detalhes de como isso acontece e por que. E num momento oportuno da entrevista pergunto se eles tem uma perspectiva de quando tirarão a criança da cama, se é que um dia irão tirar. Aparentemente de forma despreziosa busco causar um primeiro incômodo nos pais para que percebam isso como algo a ser considerado importante no desenvolvimento de seu filho e seu necessário movimento para a independência. A continuidade desse assunto vai depender do tempo de assimilação afetiva desses pais. O profissional assumir posturas muito superegóicas ou pedagógicas, neste momento, afastam e podem comprometer o vínculo de confiança entre os pais e o psicoterapeuta do caso.

Desmame

Indicado a partir do 6º mês é um processo de separação e independização da criança em relação a sua mãe, talvez o primeiro marcante de tantos outros sucessores. Entre o 6º e o 8º mês é considerado adequado, pois com o ingestão dos alimentos mais sólidos, aparecimento da dentição e início da mobilidade mais ampla por parte do bebê facilitam que as mamadas sejam descontinuadas e extintas. Acima de um ano de vida, a amamentação é muito mais por necessidade da mãe do que pela demanda nutricional do bebê. As implicações no retardo do desmame podem ser de estímulo a dependência, dificuldade de separação, fixação oral, entre outros.

Escolha da escola do filho

A escolha da escola do filho é algo muito além de simplesmente matriculá-lo na escola mais perto de casa, na mais cara ou na mais em conta, pois uma reflexão por parte dos pais é necessária antes de tudo isso. Os pais devem primeiro conversar sobre que escolham gostariam de matricular seu filho e por que. Sugiro aos pais que contem um para o outro sobre suas experiências escolares a título de apropriarem-se afetivamente da experiência.

O pais também tem de pensar juntos que objetivos eles julgam importantes a serem atingidos na formação de seu filho e que recursos e princípios a escola deve ter para acolher o seu filho. Depois disso, procurar escolas, acolher indicações e impressões referentes a escolas disponíveis e realizar as visitas, se necessário, mais de uma vez, para somente depois disso tomar a decisão de matricular seu filho e iniciar o processo de adaptação da criança na escola.

Rotinas

Arminda Aberastury, psicanalista argentina, salientava que era importante perguntar aos pais como era a rotina da criança e que isso fosse relatado de forma detalhada sem esquecer de perguntar também de um dia de final de semana, pois são diferentes na rotina da criança. Para uma criança ter rotinas é estruturante e

tranquilizador, pois ter um ambiente constante e seguro a faz sentir-se segura e suportada por uma suficiente base emocional. Não há uma receita ideal de uma rotina para todas as crianças, mas baseada no bom senso e de acordo com o ritmo da família onde está inserida, penso como importante que os pais tenham momentos seus, por exemplo, para poder conversar, namorar, nos quais as crianças tem de aceitar que ficam de fora, sobram.

Mordida

A mordida entre crianças, geralmente no ambiente escolar, é algo que constrange a família do mordedor e do mordido. Crianças com pouca idade, que solicitam atenção do adulto ou que não veem outra forma de tomar o brinquedo de outra criança, podem vir a morder o colega. É importante que a equipe da escola ou que os adultos responsáveis pelos cuidados com a criança esteja bastante atentos e possam mostrar com gestos e palavras que a criança não pode fazer isso, pois poderá começar a fazer isso indiscriminadamente com outros e em outros ambientes. É um sintoma bastante regressivo e reativo a uma situação de ameaça, busca de atenção e até de sensações.

Sentimentos despertados pelos pais

Quem trabalha sob a perspectiva psicanalítica tem de estar atento, pela via da associação livre e dos sentimentos contratransferenciais, sobre que sentimentos os pais despertam no psicoterapeuta, pois servirão de material riquíssimo para compreendermos como sente-se essa criança no convívio diário com seus pais. Por tratar-se de conteúdo não-verbal, torna-se importante que o psicoterapeuta não se precipite em dar uma devolução dessa natureza, pois poderá estar confundindo uma atrapalhação sua com uma impressão realmente pertinente ao tratamento da criança. Há que se ter uma noção do tempo e principalmente do vínculo estabelecido com os pais para que ele suporte afetivamente os dados oferecidos para pensar junto e entendê-los dentro do contexto familiar.

Para finalizar

Além de reforçar que nas *entrevistas complementares com pais* durante o processo psicoterápico com crianças e adolescentes se faz mais do que orientações para pais, pois orientação parece ter se tornado um conceito que não dá conta da complexidade do atendimento complementares aos pais integrado ao tratamento do paciente em psicoterapia psicanalítica, gostaria de registrar também que como vem amadurecendo tanto para os pais quanto para os psicoterapeutas a necessidade de contato constante desde que respeitado o enquadramento terapêutico do tratamento que é do paciente criança.

Referências

ARENDR, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa, 6. ed. Perspectiva: São Paulo, 2007.

MAHLER, M. O processo de separação-indivíduoação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MARCELLI, D. Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra. 5.ed. Artmed, Porto Alegre, 1998.

OUTEIRAL, J. e CERZER, C.O Mal-estar na escola. 2.ed. Revinter. Rio de Janeiro, 2005.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1975.

WINNICOTT, D. W. Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas. Trad. David Bogomoletz. Imago Editora: Rio de Janeiro, 2000

WINNICOTT, D. W. Tudo começa em casa. Trad. Paulo Sandler. 5 ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.